

# Os números da miséria

**Marcelo Neri**

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV  
mcneri@fgv.br*

***Os pobres merecem algo mais do que políticas pobres. Não basta contar miseráveis, mas os mais miseráveis deveriam contar mais na consecução das metas sociais***

O cálculo de conceitos como fome, indignância e pobreza, como toda literatura de bem-estar social, depende de julgamentos de valor implícitos na escolha metodológica adotada. O número de miseráveis brasileiros não é uma constante da natureza a ser decifrada como, por exemplo, o número  $\pi$  da matemática ou as leis da física clássica.

Nada existe de possivelmente errado na escolha de Lula, de que cada brasileiro deveria ter acesso a três refeições diárias. É um valor ético e ponto. Na verdade, cada brasileiro tem uma linha de miséria na cabeça. A pesquisa de padrões de vida (PPV) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quis saber da linha subjetiva de cada um: considerando a sua família, qual seria a menor renda mensal necessária para cobrir gastos com alimentação? A média das respostas foi de R\$ 153,00/mês por membro da família. As respostas espontâneas, dadas por milhares de entrevistados e processadas com a excelência de sempre pelo IBGE, devem ser respeitadas. Como disse Caetano Veloso: “cada um sabe a dor e a alegria de ser o que é”.

Já a pesquisa de orçamentos familiares (POF) do IBGE revela que 46,6% da população consideram a quantidade de alimentos consumida por sua respectiva família nem sempre suficiente para satisfazer as necessidades básicas. Nas áreas rurais esse número é de 56,9% e no Nordeste, de 60,8%. Esses percentuais são dez vezes maiores do que as estimativas de subnutrição baseadas em medições diretas dos recém-lançados índices de massa corporal da população adulta da mesma pesquisa. A existência de diferentes perspectivas sobre necessidades alimentares revela a complexidade do tema, mas a percepção da maioria dos brasileiros está próxima da manifestada por Lula em diversas ocasiões.

O texto da primeira das Metas do Milênio, que fala em reduzir a miséria pela metade de 1990 até 2015, refere-se tanto à extrema pobreza baseada em renda como à fome, mas o caráter episódico da POF limitaria o monitoramento periódico de metas sociais de desnutrição. A importância da transparência das informações fornecidas pelo IBGE não deve ser subestimada. Da mesma forma que se defende a independência operacional do Banco Central (Bacen), com mandatos fixos para seus dirigentes, deveríamos ter cuidados institucionais similares com o IBGE. Um sistema de metas sociais é para ser levado tão a sério quanto o de metas inflacionárias.

Mesmo que os níveis dos vários tipos de indicadores sejam muito diferentes, o fundamental é a sua consistente comparação ao longo do tempo. Os índices de miséria enquanto

insuficiência de renda, elaborados pelo Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV), com base no censo demográfico do IBGE, apontam queda de 45,3% na taxa de miséria entre 1970 e 2000. O declínio é similar ao observado no nível dos índices de desnutrição entre 1974 e 2003. Em outras palavras, a meia-vida da miséria brasileira foi de cerca de 30 anos. Esse dado é relevante em face da primeira das Metas do Milênio.

Apesar da subjetividade envolvida, o Estado brasileiro deve de uma vez por todas arbitrar uma linha oficial de miséria a fim de propiciar um debate mais bem informado sobre a evolução da miséria ao longo do tempo. Os EUA adotaram a sua, em meados dos anos 60. A Índia e a Irlanda também já o fizeram, com avanços sociais. A iniciativa é o primeiro alvo a ser atingido se quisermos optar por metas de redução da miséria ao longo do tempo. O essencial é decidir-se por uma linha, independentemente do valor determinado. O país vem discutindo há muitos anos a adoção de linhas oficiais. Debatermos à exaustão quantos são os miseráveis, tirando o foco do mais importante: qual o desenho de política social mais adequado.

Uma linha oficial mais interessante é a que está acima de idiosincrasias locais. Poderia ser de US\$ 1 por pessoa-dia (PPP, a sigla em inglês) das Metas do Milênio, já comprometidas pelo país. Ou podem ser as calculadas a partir de cestas de consumo internacionais — não importa. As internacionais facilitam a coordenação de ações entre diferentes níveis de governo, de partidos diversos e serão mais robustas quando das mudanças de governo.

Além do arbítrio da linha de miséria — a fronteira imaginária entre o lado belga e o indiano da nossa “Belíndia” —, temos outros elementos subjetivos — e arbitrários — envolvidos no processo de agregação dos miseráveis calculados a partir de uma determinada base. A maior parte das análises e as próprias metas do milênio usam a proporção de miseráveis abaixo da linha arbitrada pelo indicador denominado  $P^0$  (pessoas cuja renda é inferior ao mínimo estabelecido). Já o indicador conhecido como  $P^2$  eleva ao quadrado a insuficiência de renda dos pobres, priorizando as ações públicas aos mais desprovidos. Se a meta fixada fosse a redução da proporção dos pobres ( $P^0$ ), existiriam incentivos espúrios à adoção de políticas focadas no segmento logo abaixo da linha de pobreza e não nos mais miseráveis, ou seja, recursos migrariam para as pessoas pularem a linha de miséria traçada. No nosso exemplo, não dar, em primeiro lugar, um centavo a quem tem zero, mas a quem tem renda de 99 centavos de dólar — uma espécie

de promoção voltada aos menos miseráveis dos miseráveis. Além dessa inversão de prioridades, o foco das políticas redistributivas seria bastante sensível à escolha arbitrária da linha de miséria.

No caso do P<sup>2</sup>, independentemente da linha de miséria — pode ser o valor do contracheque do Ronaldinho Gaúcho —, a prioridade é sempre voltada aos de menor renda. A adoção do P<sup>2</sup> corresponde à instituição de ascensor social que partiria da renda zero. A meta de redução do P<sup>2</sup>, ao conferir

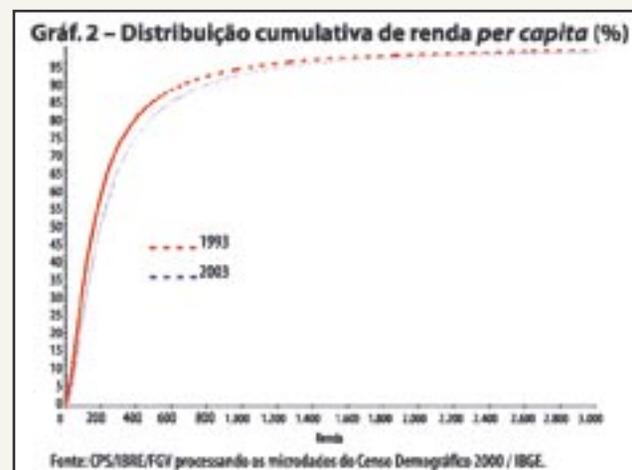
prioridade máxima às ações voltadas para os mais carentes, é mais eficiente em termos fiscais. Apesar da complexidade associada a esse indicador, o seu corolário imediato “primeiro os mais pobres” parece adequado. Além disso, a ordem da fila de programas sociais fornecida pelo indicador é à prova das linhas arbitradas. O ataque à ignorância exige inteligência. Os pobres merecem algo mais do que políticas pobres. Não basta contar miseráveis, mas os mais miseráveis deveriam contar mais na consecução das metas sociais. ▣

## A miséria dos números<sup>1</sup>

Segundo a POF do IBGE, “a frequência do excesso de peso na população supera em oito vezes o déficit de peso entre as mulheres e em 15 vezes o da população masculina. Num universo de 95,5 milhões de pessoas de 20 anos ou mais de idade, há 3,8 milhões (4%) com déficit e 38,8 milhões (40,6%) com excesso de peso, das quais 10,5 milhões são consideradas obesas”. Sessenta e seis por cento das famílias entrevistadas atestam que o rendimento familiar é o principal motivo para as pessoas não se alimentarem como querem. De olho no tipo de alimento consumido, apenas 26% das famílias brasileiras comem sempre com a qualidade desejada.

A redução da miséria constatada entre os levantamentos de 1974 e de 2003 não parece ter conseguido acompanhar o ritmo das inovações observadas no desejo de consumo em geral e dos alimentos em particular. Num mundo globalizado, os Silva e seus vizinhos brasileiros se sentem compelidos a acompanhar os hábitos mutantes dos Jones e seus vizinhos norte-americanos. A sensação de frustração consumista ocorreria mais por não possuímos o que desejaríamos ter do que por perder o que já possuíamos. O crescente problema de obesidade observado no contexto norte-americano, e agora no brasileiro, aponta para essa inflação na quantidade e deflação na qualidade dos hábitos alimentares. Como as necessidades percebidas são diferenciadas, a linha de miséria tende a crescer com o nível de riqueza PPP das nações, como testou Martin Ravallion para 36 países, complicando análises baseadas em dados nutricionais e econômicos.

As diferenças de medidas de miséria enquanto insuficiência de renda são encontradas mesmo quando comparamos o mesmo indicador calculado pelos mesmos pesquisadores, com a mesma linha, usando diferentes hipóteses operacionais. Miguel Székely calcula proporções de pobres na América Latina variando de 12,7% até 65,8%, dependendo de hipóteses acerca de economias de escala e diferentes tratamentos dados a rendas faltantes e sub-reportadas. No caso brasileiro, dada a excelência do trabalho do IBGE, apenas 2,75% da renda do trabalho não são relatados. Curiosamente, verificamos que a pergunta sobre rendimentos deixa de ser respondida mais frequentemente pelo grupo com sinais de riqueza aparente: 3,4% daqueles com três ou mais automóveis não reportam sua renda do trabalho. Quadro semelhante é visto para outras rendas do gráfico 1, ou no contraste de localidades vizinhas com condições de vida diferentes: 4,5% dos moradores da Rocinha



omitiram seus rendimentos do trabalho contra 8,9% da população da Lagoa. Em outras palavras, talvez por temores fiscais, os menos pobres têm “mais vergonha” de sua riqueza. Nesse sentido, a desigualdade de renda brasileira estaria subestimada nas estatísticas oficiais.

No gráfico 2 — das distribuições cumulativas de renda para 1993 e 2003 — como a primeira distribuição domina sempre a segunda em todo o domínio da função, a conclusão de que a miséria enquanto insuficiência de renda caiu é robusta para qualquer linha de pobreza e qualquer tipo de indicador de pobreza utilizado (ex.: P<sup>0</sup> ou P<sup>2</sup>). Ou seja, a ocorrência da queda da miséria do período não seria do tipo “assim é, se lhe parece”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Karl Marx, em *A miséria da filosofia*, contestou Proudhon, autor de *A filosofia da miséria*.

<sup>2</sup>Título de uma peça do dramaturgo italiano Luigi Pirandello.